

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

54 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 28/9 a 2/10/2020):

1. CONSELHO EUROPEU EXTRAORDINÁRIO	1
2. QFP 2021-27 NEXT GENERATION EU RECURSOS PRÓPRIOS	2
3. COMISSÃO EUROPEIA RELATÓRIO ANUAL SOBRE ESTADO DE DIREITO	3
4. PARLAMENTO EUROPEU COMISSÕES PARLAMENTARES	4
Diálogo monetário com a Presidente do BCE	4
Bússola Estratégica na Política Comum de Segurança e Defesa	5
Lei Europeia do Clima - Debate	5
Estado de Direito - Debate	5
5. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO	5
6. PLANOS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA	6
7. ATO SOBRE OS SERVIÇOS DIGITAIS RELATÓRIOS DO PE	7
8. AUDIÇÕES DOS COMISSÁRIOS DESIGNADOS	7
9. PROCURADORIA EUROPEIA INÍCIO DE FUNÇÕES	7
10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Videoconferência dos ministros responsáveis pelos Transportes	8
Conselho de Ministros sobre Investigação e Inovação	8
Reunião informal dos Ministros do Desenvolvimento	8
Reunião informal dos Ministros do Turismo	8
Reunião informal dos Ministros do Ambiente	8
11. OUTROS ASSUNTOS	8
Adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos do Homem	8
Novo Governo belga	8
12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da União Europeia	9
Reuniões interparlamentares - Presidência alemã	9

1. CONSELHO EUROPEU EXTRAORDINÁRIO

Teve lugar, a 1 e 2 de outubro, uma **reunião extraordinária do Conselho Europeu** que, conforme consta da [carta de convite](#) do Presidente desta instituição, Charles Michel, foi dedicada “sobretudo ao lugar da Europa no mundo e à nossa capacidade para forjar o nosso próprio destino.” O Parlamento Europeu (PE) disponibilizou o seu [habitual briefing de antevisão](#), bem como uma [síntese das suas posições sobre os principais temas em discussão](#).

Uma das discussões mais prementes é a da afirmação do conceito de autonomia estratégica da UE, termo no qual o Presidente do Conselho [tem insistido](#) e que tem merecido cada vez [maior destaque](#) no papel da UE no contexto geopolítico atual.

Foram adotadas [Conclusões sobre as relações externas](#), destacando-se:

- **Mediterrâneo Oriental:** congratulação “com as medidas de criação de confiança recentemente tomadas pela Grécia e pela Turquia (...) para reatar as suas conversações exploratórias diretas tendo em vista a delimitação da plataforma continental e da zona económica exclusiva dos dois países”; será lançada “uma agenda política positiva UE-Turquia” dedicada à “modernização da União Aduaneira e na facilitação do comércio (...) e na continuidade da cooperação sobre questões migratória”. Finalmente, reafirma-se que “em caso de novas ações unilaterais ou provocações em violação do direito internacional, a UE recorrerá a todos os instrumentos e opções ao seu dispor, inclusive nos termos do artigo 29.º do TUE e do artigo 215.º do TFUE, a fim de defender os seus interesses e os dos seus Estados-Membros”. O Conselho Europeu apela à convocação de uma Conferência multilateral sobre o Mediterrâneo Oriental e convida o Alto Representante a iniciar a sua organização.
- **China:** no seguimento da reunião dos dirigentes da UE com o presidente Xi Jinping (14/09), recorda-se o objetivo de concluir, até ao final deste ano, **as negociações sobre um acordo global de investimento**; apela-se à China para que honre os compromissos assumidos (entraves ao acesso ao mercado, progressos na sobrecapacidade e negociações da OMC sobre subvenções à indústria); incentiva-se a China a assumir maior responsabilidade na ação climática; sublinha-se as sérias preocupações com a situação no domínio dos **direitos humanos**, incluindo os acontecimentos em Hong Kong e o tratamento das pessoas pertencentes a minorias; convida-se a Comissão e o Alto Representante a apresentarem um relatório de situação até março de 2021 e o Conselho “*aguarda com expectativa a realização de uma reunião entre todos os seus membros e o presidente Xi Jinping em 2021.*”
- **Bielorrússia:** deverão ser impostas medidas restritivas e exorta o Conselho a adotar a decisão sem demora;
- **O conflito no Alto Carabaque:** apela-se a uma imediata cessação das hostilidades e insta as partes a resolução pacífica do conflito e manifesta-se o apoio aos copresidentes do Grupo de Minsk da OSCE.
- **Alexei Navalny:** condena-se a tentativa de assassinio de Alexei Navalny e apela-se às autoridades russas para que colaborem inteiramente com a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), a fim de assegurar a realização de um inquérito internacional imparcial.

Os líderes adotaram ainda uma [agenda de cimeiras a realizar em 2020/21](#), com relevo para a preparação da Presidência portuguesa (a Cimeira UE-África continua sem data definida).

No segundo dia de trabalho, o Conselho Europeu analisou as possíveis formas de *restabelecer o mais rapidamente possível o pleno funcionamento do mercado único, tornar as indústrias da UE mais competitivas a nível mundial e aumentar a sua autonomia, e acelerar a transição digital*. As conclusões estão disponíveis [aqui](#).

2. QFP 2021-27 | NEXT GENERATION EU | RECURSOS PRÓPRIOS

No dia 28 de setembro, realizou-se mais uma ronda dos [diálogos trilaterais \(PE, Conselho e Comissão\)](#) sobre o QFP 2021-27, a decisão relativa aos recursos próprios e o [plano de recuperação económica](#), com um [impasse nas negociações](#). No final da reunião, a [equipa negocial do PE](#) - onde se incluem os Deputados portugueses [Margarida Marques](#) (S&D) e [José Manuel Fernandes](#) (EPP, PT), deu [nota](#) de que se [registaram poucos progressos](#) e que o Conselho “não manifestou real vontade de negociar algumas das exigências principais do PE”. A primeira destas questões é o **reforço (top-up) dos 15 programas emblemáticos da UE** que o PE apoia e que foram objeto de reduções significativas no acordo do [Conselho Europeu](#):

15 EU flagship programmes supported by the European Parliament in the MFF negotiations: comparisons of different variants (September 2020)

15 EU flagship programmes		Comparison		Comparison		Comparison	
		European Council conclusions	2014-2020 MFF (EU-27+EDF) [i]	European Council vs 2014-2020 MFF	European Parliament position	European Council vs European Parliament	European Commission proposal
		Jul-20			Nov-18		May-20
(commitments, 2018 prices, € billion, rounded)							
1	Horizon Europe	75.9	65.5	16%	120	-37%	80.9
	+NGEU	5		23%		-33%	13.5
2	Invest EU	2.8	4.3	-36%	14.1	-80%	1.3
	+NGEU	5.6		93%		-40%	30.3
3	Connecting Europe Facility	18.4	17.6	5%	28.1	-35%	19.9
	Including:						
	CEF-Transport	11.4	12.1	-6%	17.7	-36%	12.9
	CEF-Energy	5.2	4.4	17%	7.7	-33%	5.2
	CEF-Digital	1.8	1	81%	2.7	-31%	1.8
4	Digital Europe [ii]	6.8	-0.2	-	8.2	-18%	8.2
5	Erasmus+	21.2	13.9	53%	41.1	-48%	24.6
6	Child Guarantee	n/a	-	-	5.9	-	n/a
7	Creative Europe	1.6	1.4	16%	2.8	-42%	1.5
8	Justice, Rights and Values	0.8	0.9	-8%	1.9	-57%	0.7
9	EU4Health [iii]	1.7	0.4	298%	-	-	1.7
	+NGEU	0					7.7
10	Environment and Climate Action LIFE	4.8	3.2	49%	6.4	-25%	4.8
11	Just Transition Fund [iv]	7.5	-	-	4.8	56%	10
	+NGEU	10				265%	30
12	Integrated Border Management Fund	5.5	2.8	98%	8.2	-33%	11
13	European Defence Fund [v]	7	-0.6	-	11.5	-39%	8
14	Neighbourhood, Development and International Cooperation Instrument (NDICI)	70.8	73.1	-3%	82.5	-14%	75.5
	+NGEU	0					10.5
15	Humanitarian Aid	9.8	11.1	-12%	9.8	0	9.8
TOTAL under the MFF		234.6	195		345.3		257.9
% of total MFF		22%	18%		26%		23%
TOTAL under the MFF and NGEU		(+20.6) 255.2					(+92) 349.9
% of total MFF+NGEU		14%					19%

[i]. Amounts under 2014-2020 MFF are estimations excluding the UK and including the European Development Fund. This takes adopted and pending amending budgets and the pending 'bridge solution' into account.

[ii]. The Digital Europe is a new programme proposed by the European Commission in May 2018.

[iii]. The EU4Health (or health programme), previously a very small part of the European Social Fund Plus, was proposed as a stand-alone programme by the Commission in May 2020. It was therefore not included in the European Parliament position of November 2018.

[iv]. The Just Transition Fund was introduced into the MFF negotiations in the European Parliament position in November 2018. The European Commission then included it in its revised MFF proposal in May 2020.

[v]. The European Defence Fund, proposed by the European Commission in May 2018, is built on a small initial budget dedicated to similar programmes and actions under the 2014-2020 MFF.

Data source:

European Council

European Parliament

Secretariat of the European Parliament's Committee on Budgets.

De acordo com o PE, no cenário atual, a partir de 2024 o orçamento da UE estará abaixo do nível de 2020, o que compromete a ambição da UE em vários domínios.

Em **segundo lugar**, o PE exige, ainda, um **papel mais relevante na implementação dos Planos de Recuperação e Resiliência**, com controlo democrático.

Por outro lado, e a **terceira questão** em discussão, é a decisão sobre os recursos próprios (em que o PE tem de ser consultado), após a aprovação do seu parecer legislativo (correlator: Deputado José Manuel Fernandes), em que o PE solicita a definição de um **calendário juridicamente vinculativo** para a introdução de novos recursos próprios. A **Presidência alemã** submeteu ao Coreper (Comité dos Representantes Permanentes - Embaixadores) do dia 25 de setembro uma **Proposta de Decisão sobre esta matéria** que, a ser adotada, permitiria o início do processo de ratificação pelos Parlamntos nacionais de modo a entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2021. No entanto, **várias delegações (cerca de 1/3, segundo apurámos) opuseram-se a essa adoção no imediato**, por motivos distintos, mas especialmente porque se considera esta negociação em pacote (*QFP/Recursos Próprios/Fundo de Recuperação/Condicionalidade do Estado de Direito*) e que nada está acordado até tudo estar negociado.

A **questão do estado de direito** é precisamente o quarto ponto em aberto nesta negociação, sendo suscetível de diferentes interpretações relativamente ao que ficou decidido no Conselho Europeu de julho de 2020 (parágrafos 22 e 23): “*Os interesses financeiros da União devem ser protegidos (...) O Conselho Europeu realça a importância do respeito pelo Estado de direito. (...) Com base nestes elementos, será introduzido um regime de condicionalidade para proteger o orçamento e o Next Generation EU. Neste contexto, a Comissão proporá medidas, a adotar pelo Conselho por maioria qualificada, em caso de infrações.*”

Nesta medida, a **Presidência alemã apresentou, esta semana, uma proposta de regulamento sobre a condicionalidade para a proteção do orçamento da UE** em caso de deficiências no respeito pelo estado de direito, que obteve (por maioria qualificada) um mandato negocial no Coreper de 30 de setembro para iniciar negociações com o PE, tendo como referência o processo legislativo iniciado com a proposta inicial da Comissão Europeia neste domínio (maio de 2018).

Esta iniciativa da Presidência permite o início das negociações, mas nem todos os Estados-Membros são favoráveis, uns porque discordam do próprio princípio desta condicionalidade (Polónia a Hungria), outro por considerarem que o regime proposto não é suficientemente exigente.

3. COMISSÃO EUROPEIA | RELATÓRIO ANUAL SOBRE ESTADO DE DIREITO

A Comissão Europeia publicou esta semana o primeiro relatório sobre o Estado de direito na UE. Integrado no mecanismo para o Estado de direito anunciado nas orientações políticas da Presidente Ursula von der Leyen, é uma das principais iniciativas do programa de trabalho da Comissão para 2020 e resulta de um estreito diálogo com as autoridades nacionais e as partes interessadas e incide sobre todos os Estados-Membros de forma objetiva e imparcial.

O relatório faz parte **do novo ciclo anual sobre o Estado de direito**, um mecanismo de prevenção, independente dos outros elementos da “caixa de ferramentas” de defesa do Estado de direito da UE e não substitui os mecanismos baseados no Tratado (como o artigo 7.º do Tratado da União Europeia). É também diferente do procedimento de condicionalidade orçamental proposto para proteger o orçamento da UE (cfr ponto 2, supra).

O novo relatório sobre o Estado de direito pretende ser uma nova ferramenta preventiva, e promover uma cultura de debate inclusivo e do Estado de direito em toda a UE. São

disponibilizados [Capítulos por país](#) e uma [ficha de informação](#) global, além de uma [página dedicada](#).

Principais conclusões sobre a situação do Estado de direito nos Estados-Membros

i) Sistemas de justiça: alguns Estados-Membros estão a fazer reformas para reforçar a independência do poder judicial e reduzir a influência do poder executivo ou legislativo sobre o poder judicial. As avaliações específicas por país mostram que a independência do poder judicial continua a ser um motivo de preocupação em alguns Estados-Membros, o que levou em certos casos a processos por infração ou ao abrigo do artigo 7.º, n.º1.

ii) Quadros de combate à corrupção: vários Estados-Membros já adotaram estratégias abrangentes de luta contra a corrupção, enquanto outros ainda estão a preparar estratégias desse tipo. Todavia, a eficácia das investigações e ações penais em casos de corrupção, nomeadamente de corrupção de alto nível, continuam a constituir um desafio em vários Estados-Membros.

iii) Liberdade e pluralismo dos meios de comunicação social: existe um elevado nível de liberdade e pluralismo dos meios de comunicação social e, especialmente devido à pandemia, os meios de comunicação social têm-se essenciais para combater a desinformação. No entanto, são suscitadas preocupações quanto aos riscos de politização das entidades reguladoras da comunicação social em alguns Estados-Membros, bem como ao exercício de pressão política e ameaças sobre os meios de comunicação social.

iv) Equilíbrio de poderes: o relatório mostra que o recurso excessivo à aceleração do processo legislativo e a legislação de emergência pode dar origem a preocupações em matéria de Estado de direito.

Face à pandemia, ainda estão em vigor regimes de emergência ou medidas de emergência em vários Estados-Membros, sendo que o relatório refere algumas das questões que surgiram em debates nacionais e a resposta legal e política à crise.

Próximas etapas: a Comissão aguarda com expectativa o diálogo com o Parlamento Europeu e o Conselho sobre estas questões, considerando que este relatório constitui uma boa base para a prossecução dos trabalhos interinstitucionais na matéria. **A Comissão convida igualmente os parlamentos e autoridades nacionais** a debater o presente relatório, incluindo os capítulos sobre cada país. O PE publicou um [estudo interessante sobre estas matérias](#), na passada semana.

No seguimento deste relatório, o 1.º Ministro Húngaro, Viktor Órban, [apelou à demissão](#) da Vice-Presidente Vera Jourová, por [referências](#) feitas àquele país.

4. PARLAMENTO EUROPEU | COMISSÕES PARLAMENTARES

Diálogo monetário com a Presidente do BCE

A [Comissão de Assuntos Económicos e Monetários \(ECON\)](#) realizou uma [audição com a Presidente do Banco Central Europeu](#). Após a [intervenção inicial](#) de Christine Lagarde, o debate centrou-se no papel mais ou menos intervencionista da autoridade monetária na crise atual, bem como a duração dos seus programas de compra de dívida e de ativos (nota: o PE publicou uma [compilação de estudos sobre esta matéria](#)). Outra das questões abordadas foi a da transição climática na economia, especialmente nos instrumentos de financiamento (*green bonds*). A Presidente do BCE anunciou que a **revisão estratégica da política monetária**

deverá estar concluída em junho de 2021. Está disponível uma [análise](#) do *think tank* do PE sobre esta matéria.

Bússola Estratégica na Política Comum de Segurança e Defesa

A [Subcomissão de Segurança e Defesa \(SEDE\)](#) discutiu esta semana as **Orientações Estratégicas (Strategic Compass)**, que visam proporcionar uma orientação política e estratégica reforçada para a segurança e defesa da UE. A SEDE ouviu a este propósito Charles Fries, Secretário-Geral Adjunto do Serviço Europeu de Ação Externa, responsável pela Política Comum de Segurança e Defesa, que se referiu ao [mandato do Conselho](#) para elaboração de um documento, de caráter reservado, em colaboração com os Estados-Membros, que servirá de base às Orientações Estratégicas, cuja discussão se prevê que ocorra em 2021 e a sua aprovação no início de 2022.

As Orientações Estratégicas procurarão reforçar a implementação do nível de ambição, acordado em novembro de 2016, no contexto da [Estratégia Global da UE](#), e serão assentes em **quatro pilares**: melhoria da gestão de crises (com enfoque na flexibilidade das missões), reforço da resiliência (com referência também às ameaças híbridas), desenvolvimento de capacidades (com base na revisão da estratégia para a Cooperação Estruturada Permanente) e aprofundamento de parcerias (com países terceiros, mas também uma melhoria de cooperação com a NATO e ONU). Esta é uma matéria relevante para a Presidência portuguesa em 2021.

Lei Europeia do Clima - Debate

A Comissão de Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (ENVI) organizou uma [audição com o Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia, Frans Timmermans](#), sobre as metas consagradas na [proposta revista sobre a Lei Europeia do Clima](#).

Estado de Direito - Debate

A Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) debateu com o Comissário responsável pela Justiça, Didier Reynders, os mais [recentes desenvolvimentos sobre a questão do estado de direito](#). No debate, considerou-se que [“a proposta do Conselho para a condicionalidade do estado de direito inadequada \(cfr. ponto 2, supra\) e o relatório da Comissão um bom começo”](#) (cfr. ponto 3).

5. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO

A [Comissão Europeia notificou o Reino Unido](#) (RU) em consequência do incumprimento das suas obrigações decorrentes do [Acordo de Saída](#), marcando assim o **início de um processo formal por infração contra o Reino Unido**, que dispõe de um mês para responder à notificação hoje enviada.

Recorde-se que, nos termos do artigo 5.º do **Acordo de Saída**, a UE e o RU devem garantir a execução das obrigações decorrentes desse Tratado e abster-se de tomar qualquer medida suscetível de pôr em perigo a realização dos objetivos nele consagrados. Como demos nota na [Síntese n.º 51](#), o **Governo britânico apresentou um projeto de lei sobre o mercado interno do Reino Unido** que, se adotado, violará o Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte, pois permitiria às autoridades do Reino Unido ignorar o efeito jurídico das disposições substantivas desse Protocolo. A [Comissão refere](#) que, ao fazê-lo, **o Reino Unido violou a sua obrigação de**

agir de boa-fé e deu início a um processo que — se o projeto de lei for adotado — impedirá a aplicação do Acordo de Saída. Em consequência, a [Comissão lançou esta semana um processo por infração](#), em consonância com as disposições do Acordo de Saída.

O Reino Unido tem um mês (a contar de 1/10) para apresentar as suas observações à notificação. Depois de analisar essas observações, ou caso não sejam apresentadas observações, a Comissão pode, se necessário, decidir formular um parecer fundamentado.

A Conferência de Presidentes do PE decidiu, neste contexto, elaborar um relatório de iniciativa sobre a aplicação e implementação do Acordo de Saída, cujo [relator é o Deputado português Pedro Silva Pereira \(S&D\)](#), membro do [Grupo de Coordenação do PE para as relações com o RU](#).

6. PLANOS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

Na [Síntese n.º 52](#), referimos a [estratégia anual para o crescimento sustentável em 2021](#) apresentada pela Comissão Europeia, que inicia o ciclo do [Semestre Europeu](#) e define as [orientações estratégicas para a implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência \(MRR\)](#) do NextGenerationEU (empréstimos e subvenções, [672 500 milhões de euros](#)).

Para beneficiarem do MRR, os **Estados-Membros devem apresentar projetos de planos de recuperação e de resiliência**, que definam os programas nacionais de investimento e reforma em conformidade com os objetivos políticos da UE (a criação de emprego, a resiliência económica e social, as transições ecológica e digital). O **prazo** para a apresentação dos planos de recuperação e de resiliência nacionais é **30 de abril de 2021**. No entanto, os Estados-Membros são incentivados a apresentar projetos de planos preliminares a partir de 15 de outubro de 2020. A Comissão [apresentou uma descrição da repartição dos fundos pelos diferentes pilares do Next Generation EU](#), incluindo a [desagregação da concessão de subvenções a cada Estado-Membro](#).

Neste âmbito, teve lugar no dia 29 de setembro, um [encontro de trabalho com a task force para a Recuperação e Resiliência](#), responsável pela direção da implementação do [MRR](#), pela coordenação do Semestre Europeu e por apoiar os Estados-Membros nos seus planos de recuperação e resiliência. A Comissão Europeia encetou já um diálogo estratégico com os Estados-Membros sobre as suas prioridades para elaboração dos projetos de planos.

Atendendo à natureza estratégica global e prospetiva dos planos de recuperação e resiliência, não será necessário que a Comissão proponha em 2021 recomendações específicas para os Estados-Membros que tenham apresentado o referido plano. A Comissão proporá, contudo, recomendações relativas à situação orçamental dos Estados-Membros em 2021, conforme previsto pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, de acordo com o descrito na comunicação relativa à Estratégia Anual.

Finalmente, é de referir que a Presidente da Comissão Europeia, [Ursula von der Leyen](#), visitou Portugal esta semana e participou na **apresentação das linhas gerais do Plano de Recuperação e de Resiliência português**, juntamente com o 1.º Ministro António Costa.

7. ATO SOBRE OS SERVIÇOS DIGITAIS | RELATÓRIOS DO PE

Demos nota, na passada semana do encontro de trabalho havido com os serviços da Comissão Europeia (DG Connect) sobre os novos desenvolvimentos do [Ato legislativo sobre os Serviços Digitais \(Digital Services Act\)](#) e da [apresentação](#) feita sobre este um [pacote de medidas](#), previsto para dezembro.

Na semana que passou, as Comissões do Parlamento Europeu (LIBE, IMCO, JURI) aprovaram as suas posições (relatórios de iniciativa) sobre o Ato legislativo sobre os Serviços Digitais ([Digital Services Act](#)). As recomendações das Comissões do PE não são vinculativas para a Comissão Europeia, embora os relatórios permitam perceber as prioridades e linhas vermelhas apresentadas pelos grupos políticos. Destaca-se o foco incutido pelas três Comissões na manutenção de três previsões da [Diretiva relativa ao e-Commerce](#): princípio do país de origem, regime limitado de responsabilidade e ausência de obrigação geral de vigilância. As Comissões defendem ainda uma necessidade de harmonização dos mecanismos *notice-to-action* e sugerem que a Comissão preveja quadros diferentes para os conteúdos ilegais e conteúdos nocivos mas legais.

Os relatórios serão previsivelmente votados na sessão plenária do PE de 19 e 22 de outubro.

8. AUDIÇÕES DOS COMISSÁRIOS DESIGNADOS

A [Presidente da Comissão nomeou Mairead McGuinness \(PPE\)](#) como candidata designada a Comissária Europeia, atribuindo-lhe o pelouro dos Serviços Financeiros, Estabilidade Financeira e União do Mercado de Capitais. O pelouro do Comércio internacional será agora responsabilidade do **Vice-Presidente Executivo Valdis Dombrovskis (PPE)**, que acumulará com a representação da Comissão no Eurogrupo.

As audições de [Mairead McGuinness](#) e [Valdis Dombrovskis](#) no PE tiveram lugar a [2 de outubro](#), tendo sido disponibilizada uma [página dedicada](#) e um [guia para acompanhar os trabalhos](#).

9. PROCURADORIA EUROPEIA | INÍCIO DE FUNÇÕES

A [Procuradoria Europeia](#) foi oficialmente inaugurada esta semana no Luxemburgo, tendo a Procuradora-Geral Europeia, a romena [Laura Codruta Kövesi](#), tomado posse, juntamente com os 22 procuradores designados pelos Estados-Membros, no Tribunal de Justiça da União Europeia.

A [Procuradoria Europeia](#) é um **órgão independente da UE, competente para investigar, instaurar ações penais e levar a julgamento os autores de infrações penais lesivas dos interesses financeiros da União**.

Os [procuradores europeus](#) supervisionarão as investigações e ações penais e constituirão o colégio da Procuradoria Europeia durante um período não renovável de seis anos. Como parte do regime transitório de nomeação para o primeiro mandato, os procuradores europeus da Grécia, de Espanha, da Itália, de Chipre, da Lituânia, dos Países Baixos, da Áustria e de Portugal, designados por sorteio, exercerão um mandato de três anos, não renovável.

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Videoconferência dos ministros responsáveis pelos Transportes

Prevista para [28/09](#), adiada por questões técnicas.

Conselho de Ministros sobre Investigação e Inovação

Realizado a [29 de setembro](#), teve como ponto principal a [adoção da posição do Conselho sobre o Regulamento Horizonte Europa](#) e o programa específico de execução do Horizonte Europa. Esta proposta inclui as questões pendentes que não foram abrangidas pelo entendimento comum alcançado com o Parlamento Europeu em 27 de março de 2019: *financiamento adicional do instrumento de recuperação da UE, o Next Generation EU (NGEU); repartição do orçamento do Horizonte Europa; cooperação internacional e associação de países terceiros; disposições técnicas que criam sinergias com outros programas de financiamento da UE; proteção dos interesses financeiros da UE.*

Reunião informal dos Ministros do Desenvolvimento

Reunido a [29 de setembro](#), tinha na agenda as relações **UE-África** e a preparação da reunião formal desta configuração do Conselho, prevista para novembro.

Reunião informal dos Ministros do Turismo

A 29 de setembro, os ministros debateram o [estado do setor do Turismo](#) e sua recuperação.

Reunião informal dos Ministros do Ambiente

A [30 de setembro e 1 de outubro](#), debateu o ponto de situação da Presidência alemã em matéria de ação climática.

11. OUTROS ASSUNTOS

Adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos do Homem

Marija Pejčinović Burić, Secretária-Geral do Conselho da Europa e Věra Jourová, Vice-Presidente da Comissão Europeia para os Valores e a Transparência publicaram uma [declaração comum sobre o retomar das negociações para a adesão da UE à CEDH](#), prevista no Tratado de Lisboa.

Novo Governo belga

Tomou posse, no dia 1 de outubro, o [novo Governo do Reino da Bélgica](#), composto por [7 partidos](#) (socialistas, liberais e verdes tanto flamengos como valões, e os democratas cristãos flamengos), tendo [Alexander de Croo](#) (liberais flamengos) como 1.º Ministro. A anterior 1.ª Ministra Sophie Wilmès será Ministra dos Negócios Estrangeiros. O [governo](#) anunciou um forte compromisso europeu no seu programa.

12. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Terá lugar, em Bruxelas, a primeira sessão plenária de outubro, cuja [agenda](#) inclui a votação sobre a [Lei Europeia do Clima](#), um debate com o Conselho e a Comissão sobre a condicionalidade relativa às [Violações do Estado de direito e consequências a nível dos fundos europeus](#), uma discussão sobre [os FinCEN Files e o combate ao branqueamento de capitais](#), bem como a [avaliação e debate sobre as cimeiras europeias de outubro](#). Finalmente, e sobre a [Venezuela](#), será discutida a posição da UE antes das eleições de 6 de dezembro (decisão da UE de não enviar observadores).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [6 de outubro](#).

Conselho da União Europeia

- 5/10: [Videoconferência do Eurogrupo](#)
- 6/10: [Cimeira UE-Ucrânia](#); [Reunião informal dos ministros da Energia](#); [Videoconferência dos ministros da Economia e das Finanças](#)
- 8/10: [Videoconferência dos ministros dos Assuntos Internos](#)
- 9/10: [Videoconferência dos ministros da Justiça](#)

Reuniões interparlamentares - [Presidência alemã](#)

Terá lugar, no dia 5 de outubro (videoconferência) uma Conferência interparlamentar sobre [O Pacto Ecológico Europeu e a Política Agrícola Comum: para uma Europa sustentável e da neutralidade climática](#). Delegação da AR: *Deputado Pedro do Carmo (PS), Presidente da Comissão de Agricultura e Mar (CAM), Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), Vice-Presidente da CAM, Deputado Paulo Leitão (PSD), Vice-Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território (CAEOT) e Deputado Nelson Peralta (BE), membro da CAEOT.*

Bruxelas | 2 de outubro de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

(com Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC)

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).